

# Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

## Desafios para 2011: inflação e câmbio

O Brasil começa 2011 com alguns dados positivos: a menor taxa de desemprego em oito anos, 5,3%, o emprego formal atinge níveis recordes e uma taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) robusta em 2010 com boas perspectivas de continuidade da expansão da atividade econômica em 2011 – embora a uma taxa inferior a de 2010. Entretanto, apesar das boas expectativas, dois fatores fundamentais preocupam o governo, empresas e sociedade: o aceleramento inflacionário e o câmbio.



Sem a solução efetiva e competente para esses problemas, o processo de crescimento que vem experimentando o país pode ter uma significativa desaceleração – se não uma interrupção.

A inflação tem sido alvo preocupação. Impulsionada nos últimos meses pelo preço dos alimentos, ela fechou o ano de 2010 em níveis ainda não alarmantes, mas com certeza preocupantes. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) fechou o ano em 5,91%, 1,41 pontos percentuais acima do centro da meta estipulada pelo governo para 2010. As notícias de janeiro de 2011 também não foram boas. A inflação continua a resistir em níveis relativamente altos, afetada principalmente por fatores sazonais característicos do primeiro trimestre, como a concentração de reajuste de preços (tais como mensalidades escolares), como também pelo impacto negativo decorrente de condições climáticas adversas verificadas em algumas regiões do Brasil, que devem pressionar sobretudo ainda mais o preço dos alimentos. Somado a isso, também podemos destacar alguns fatores não sazonais tais como a expansão das classes emergentes C e D, que contribuiu para o aumento do consumo; a persistência do descompasso

## CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852  
E-mail: [proteste@proteste.org.br](mailto:proteste@proteste.org.br)  
Site: [www.proteste.org.br](http://www.proteste.org.br)

## EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores  
Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

entre as taxas de expansão da oferta e da demanda agregada; e a pequena margem de ociosidade dos fatores de produção.

O problema já foi diagnosticado pelo Banco Central, que já tomou algumas medidas como elevação dos recolhimentos compulsórios e de restrição ao crédito para o consumo. Além disso, o Comitê de Política Monetária (COPOM) na última reunião realizada em janeiro, já cumpriu a sua previsível parte e aumentou a meta da taxa básica de juros de 10,75% para 11,25%. O governo anunciou recentemente que o ano será marcado por uma política fiscal contracionista, com redução prevista de aproximadamente R\$ 50 bilhões do gasto público em 2011. Entretanto, não foi exatamente claro de que formas conseguiria diminuir o gasto e aumentar a arrecadação. Entretanto, apesar da pouca credibilidade do governo em fazer uma política fiscal rígida e da já comprovada eficácia da política monetária em conter processos inflacionários, é de suma importância buscar soluções alternativas ao controle da inflação do que simplesmente só aumentar a taxa de juros, que tanto atravancam o crescimento do país, além de ter efeitos perversos sobre o câmbio.

Ao contrário da inflação, o câmbio no Brasil já se tornou uma questão alarmante. Apesar de alguns fatores externos contribuírem para a valorização do Real, tais como o excesso de liquidez de dólares no mercado internacional, a alta do preço das *commodities*, e as boas perspectivas de crescimento no país, com certeza a alta taxa de juros (maior taxa real de juros do planeta) tem um peso preponderante para essa questão. O Real valorizado, apesar de ser bom para quem quer viajar para o exterior e para importadores, é péssimo para os exportadores. O Real valorizado significa produtos brasileiros mais caros no exterior e por isso menos competitivos. Com isso exporta-se menos e as empresas brasileiras exportadoras produzem menos, contratam menos pessoas, entre outros, prejudicando o crescimento do país. Além do efeito sob as exportações, tem o efeito mais óbvio que é sobre o crédito – tanto para as famílias quanto para as empresas – o que também atrapalha a expansão econômica do país. Logo, é indispensável que para se alcançar um nível sustentável de crescimento econômico se repense o modo de contenção de inflação no Brasil. O custo social do “prático” aumento da taxa de juros é bastante alto. O governo já sinalizou que a intenção é que as taxas de juros diminuam gradualmente a longo prazo. Entretanto, esta meta fica gravemente comprometida quando ocorrem ondas inflacionárias, como a que estamos vivendo, que estão longe de ser raras.

## Famílias e dívidas: números podem enganar

O Índice de Expectativas das Famílias (IEF) divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) agora no início de fevereiro traz informações interessantes e corrobora indiretamente dados de poder de compra já assinalados em pesquisas como Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Já comentamos anteriormente sobre o risco de endividamento de uma classe que emerge graças aos benefícios ilusórios das facilidades da compra e do consumo.

Neste levantamento o que prevalece, assim como na maioria das pesquisas domiciliares, é uma autoavaliação do entrevistado. Isto é os dados são fiéis a descrição de como cidadão vê sua situação financeira, no caso desta pesquisa. Esta nos traz informações sobre como o entrevistado vê sua condição financeira passada e futura. Além disso, temos dados sobre a sua condição ou não de endividamento, assim como a sua pretensão de compra.

A expectativa a respeito da melhoria na condição financeira é, na média, boa, pois 77% do conjunto de famílias pesquisadas declara sua situação financeira melhor do que há um ano. Tal expectativa otimista é generalizada sendo mais acentuada nas faixas com maiores rendimentos, mais de 10 salários mínimos. É um dado interessante, mas aguça a curiosidade em saber o que o entrevistado leva em consideração ao avaliar sua situação financeira? Estabilidade? Rendimento? Melhor poder de compra? Maior acesso a crédito?

Mais ainda, 58,2% das famílias pensam que o momento atual é ideal para aquisição de bens de consumo duráveis. Quando perguntadas sobre a sua situação de endividamento, 50,6% das famílias se auto declararam como livres de dívidas, por outro lado 8% se declararam como muito endividadas. A dívida média, porém, é elevada: R\$ 5.216,30 em janeiro, sendo que a proporção de endividados cuja dívida representa até a metade do rendimento domiciliar mensal é de 18,6%. Temos 18,1% das famílias cujas dívidas representam mais de 5 vezes o orçamento familiar.

Se tivéssemos os dados referentes às dívidas desagregados por classe de renda, poderíamos tirar conclusões mais precisas. Mas podemos estimar que há uma parcela que tem sérios riscos de as dívidas atuais virarem uma bola de neve. Mais ainda, a percepção de endividamento não deve ser uniforme entre os brasileiros, pois muitos devem considerar dívida aquelas contraídas diretamente em bancos. O parcelamento "sem juros" na loja muitos nem devem considerar, o cartão de crédito que hoje chega a todos – afinal nem o comprovante de renda às vezes é necessário – facilita e camufla a dívida real de cada um. Ele simplesmente virou uma renda a

mais, pois os gastos no mês corrente em geral são pagos no mês seguinte com o salário do mês seguinte, ou seja, consome-se antes e paga-se depois.

### Falta de atualização da tabela de IR prejudica consumidores

Ao contrário do que acontecia desde 2007, a tabela de imposto de renda para 2011 não foi atualizada. Janeiro já terminou, e ainda nada de corrigir os valores das faixas de imposto a pagar e isenção. Desde 2007, o governo utiliza como referência a tabela referente ao ano que passou e corrige de acordo com o centro da meta de inflação prevista para aquele ano, que no caso de 2011 seria de 4,5%. A falta de atualização do valor das faixas é prejudicial aos consumidores porque como o salário dos mesmos é atualizado, normalmente de acordo com a variação registrada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no ano que passou, é muito provável que muitos consumidores mudem para cima a faixa salarial em relação a alíquota de imposto a pagar. Isto é, se uma pessoa que recebia um salário em 2010 de R\$ 2.900, e o mesmo foi atualizado pelo INPC (que em 2010 foi de 6,47%), em 2011 ela passará a receber o salário de R\$ 3.087,63. Entretanto, antes sua faixa salarial era referente a alíquota de 15% e agora, como a tabela não se atualizou, sua alíquota de imposto a pagar passa ser de 22,5%. Ou seja, antes ela pagava um imposto de R\$ 154,06 e agora paga um imposto de R\$ 189,10. Enquanto que se a tabela fosse corrigida pelo por 4,5%, ela continuaria na mesma alíquota de imposto a pagar (15%), e com isso pagaria imposto mensal de R\$ 169,56. Centrais sindicais defendem que a tabela deve ser corrigida pelo mesmo percentual de atualização dos salários, ou seja o INPC que foi de 6,47%. Neste caso, a pessoa do nosso exemplo pagaria imposto R\$ 164,03. Veja abaixo a tabela referente ao ano passada e que ainda vigora para este ano, a que se seria no caso de reajuste pela meta de inflação prevista para 2011, e a que seria no caso de atualizarem para o INPC.

Tabela 2010, e que ainda vigora em 2011

Salário mensal em R\$	Alíquota (%) de imposto a pagar	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.499,15	Isento	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

Possível tabela para 2011, se atualizarem em 4,5%

Salário mensal em R\$	Alíquota (%) de imposto a pagar	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.566,61	Isento	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5	117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15	293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5	528,37
Acima de 3.911,63	27,5	723,96

Tabela reivindicada por centrais sindicais para 2011

Salário mensal em R\$	Alíquota (%) de imposto a pagar	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.596,15	Isento	-
De 1.596,16 até 2.392,12	7,5	119,70
De 2.392,13 até 3.189,52	15	299,12
De 3.189,53 até 3.985,37	22,5	538,33
Acima de 3.985,37	27,5	737,60

O governo apresentou uma resposta confusa sobre o assunto. Primeiramente, o secretário geral da Previdência, Gilberto Carvalho, disse que a tendência era que a tabela fosse corrigida pelo mesmo critério de antes, de acordo com a meta de inflação, 4,5%. Entretanto, um dia depois, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, contradisse a afirmação do secretário, ao dizer que a equipe econômica do governo não está estudando uma atualização da tabela. O que é lamentável para os consumidores, que deveriam ser descontados do imposto de acordo com uma tabela que levasse em consideração a atualização de seus salários.